TL3795-62

- Senhores Participantes da Conferência Interparlamentar sobre Timor Leste,
- Senhores convidados,
- Senhores Deputados,
- Minhas Senhoras e meus Senhores:

Tomo a palavra por breves momentos para encerrar a Conferência Interparlamentar sobre Timor Leste. Ela reuniu durante três dias personalidades de todo o Mundo e das mais diversas sensibilidades — religiosos, intelectuais, governantes, deputados e senadores — para analisar, debater e tentar inventar remédios mais eficazes para a situação de um pequeno Território Não-Autónomo, situado no espaço de domínio de uma potência asiática em expansão — a República da Indonésia.

1. Que força os atraiu a Lisboa e à Assembleia da República? Foi o debate e decisão de uma *questão económica*? De uma *questão militar*? De uma *questão*

religiosa? De uma *questão científica*? De uma questão *ideológico-partidária*?

Não, de nada disso se tratou no Palácio de S. Bento ao longo destes dias — nada do que costuma reunir em assembleias internacionais políticos, cientistas, religiosos e militares. O que aqui nos reuniu — e uniu — não se mede em *dinheiro*, em *força*, em *saber*, em *prestígio — não tem preço nem mercado!*

Foi a causa da *dignidade humana* do povo timorense: a defesa da sua identidade cultural, religiosa e política, o exercício dos seus direitos, liberdades e garantias individuais, independentemente da religião, opinião política, língua, raça ou sexo; o direito inalienável deste povo a escolher livremente o seu destino colectivo e a seguir o caminho um dia escolhido sem ingerências, intervenções ou agressões de qualquer potência estrangeira, vizinha ou longínqua. A solução justa para Timor — e esta parece ser a conclusão geral deste encontro — dependerá dos timorenses, da opinião pública mundial e do sentido de responsabilidade das Grandes Potências que hoje desempenham o papel de guardiães do Mundo. Mais cedo ou mais tarde — estou seguro disso — a

instância universal das Nações Unidas acabará por garantir *efectivamente* a Paz e a Liberdade em Timor Leste.

O nosso motivo de encontro — ao fim e ao resto, a causa do Homem — releva do Direito Internacional e da consciência ético-jurídica universal. Eis aqui um sinal de optimismo para se perspectivar a evolução da Humanidade: desta feita não foram os interesses materiais motor de um encontro internacional; o que congregou em Lisboa tantos e tão ilustres homens e mulheres do nosso tempo foram ideias e valores altruístas. Este encontro foi, assim, obra do Espírito e da Cultura — isto é, obra da energia que fez a História e o progresso humano em todos os tempos.

2. A autodeterminação de Timor Leste não é em Portugal uma causa político-partidária — não é *de esquerda* nem *de direita*. Para nós, em quaisquer circunstâncias, a opressão e a violência são sempre execráveis — seja quem for o opressor e seja qual for o seu pretexto. Olhamos a luta dos timorenses como uma *luta sagrada* que a todos envolve no mais profundo de nós mesmos. A realização desta Conferência *em vésperas de eleições* e a consonância dos

discursos aqui proferidos pelos partidos políticos mostram sem quaisquer dúvidas isso mesmo.

Aliás, os portugueses, decerto melhor que muitos outros, conhecem a importância do *"Estado"* como normal forma de expressão da vida dos povos e como um instrumento de liberdade imprescindível para cada um deles. Desde muito cedo aprendemos que a nossa liberdade e dignidade se encontravam intrinsecamente ligadas à existência e acção de um *Estado Nacional.* É talvez por isso que a Constituição da República (artº 7º) impõe aos responsáveis do Estado Português o respeito pelo direito à autodeterminação dos povos e pelo direito à independência e igualdade dos Estados.

Com admiração saúdo os participantes nesta Conferência procedentes de povos e territórios oprimidos, que lutam pela edificação e reconhecimento do seu *Estado Nacional.* É urgente que as *Grandes Potências* confiram às Nações Unidas maior eficiência para a concretização dos direitos fundamentais dos pequenos povos e para a dinamização da doutrina que o Capítulo XI da Carta a tal respeito solenemente proclama, desde 1945.

3. O primeiro balanço desta Conferência Interparlamentar acaba de nos ser apresentado pelos Senhores Deputados Fernando Amaral e Adriano Moreira. Nada devo acrescentar na oportunidade às suas reflexões e conclusões, aliás como sempre, pertinentes.

4. Permitam-me que aos louvores que na abertura solene teci aos organizadores da Conferência adite agora um outro. Depois de ouvir as desassombradas intervenções ontem proferidas, quer pelo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, quer pelo Senhor Dr. Ramos Horta, Representante do Conselho Nacional da Resistência Timorense, quer pelo Senhor Conselheiro Michael Kirby da Austrália, impõe-se-me o dever de reconhecer publicamente que a Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação de Timor Leste lealmente assegurou no debate o pluralismo de pontos de vista, garantindo a imparcialidade na abordagem e tratamento do tema. Afinal os principais actores envolvidos na situação de Timor Leste não deixaram de ter voz e advogados no decurso desta Conferência. Eis um mérito da organização que seria injusto que o Presidente da Assembleia

da República não destacasse no encerramento dos nossos trabalhos.

Senhores Participantes, Senhores Convidados:

Bem hajam pelo vosso contributo, de hoje e sempre, à causa de Timor Leste — e boa viagem no regresso às vossas Terras!

(Disse)

Palácio de S. Bento, 2 de Junho de 1995